

São Paulo

DATA MERCANTIL

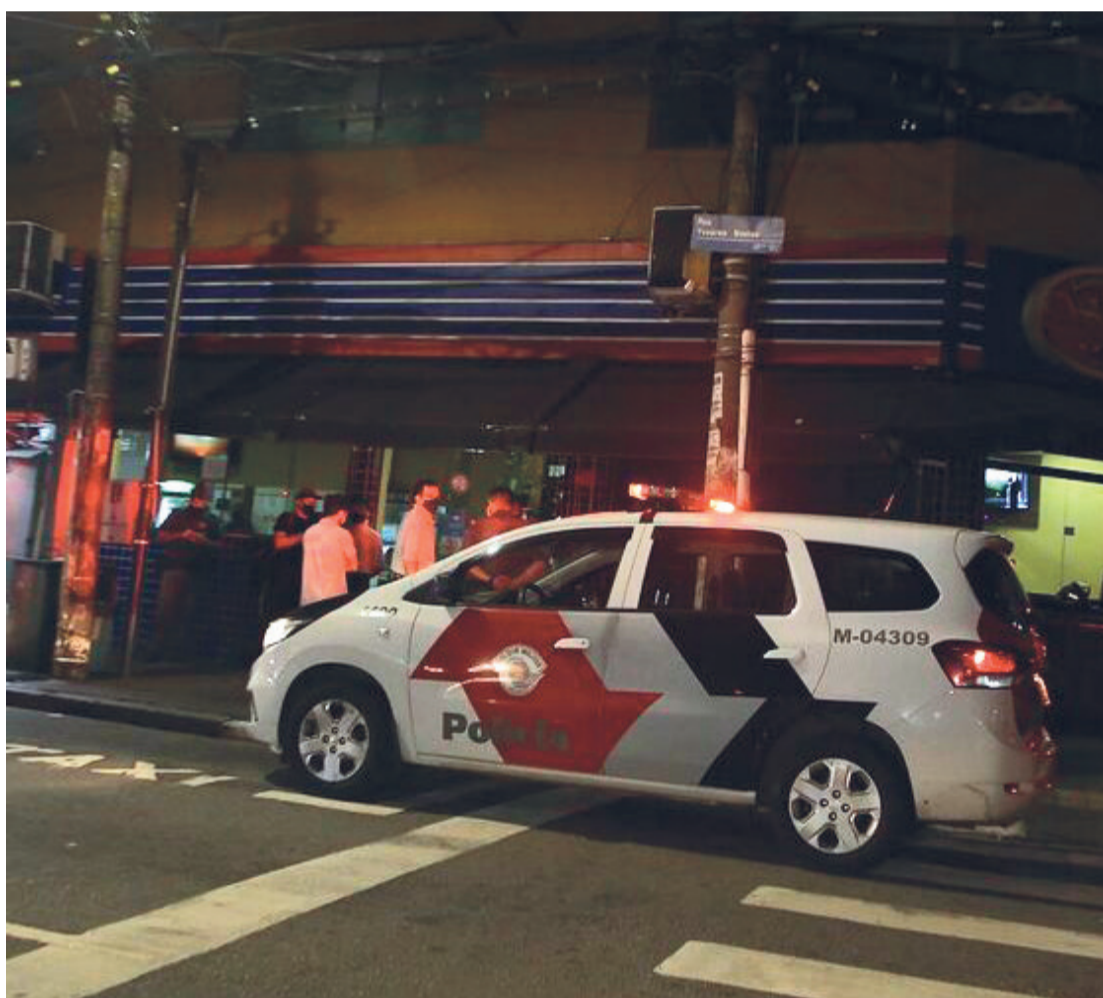
R\$ 2,00

Terça - feira, 02 de março de 2021

Edição N ° 250

www.datamercantil.com.br

No primeiro fim de semana com 'toque de restrições', governo aplica 286 multas em SP



O governo João Doria (PSDB) afirmou que 286 estabelecimentos foram multados no estado de São Paulo, entre as noites de sexta-feira (26) e domingo (28), por causa de descumprimento de regras do "toque de restrição".

Estes locais foram flagrados descumprindo a nova regra de restrição de circulação, horários de funcionamento ou as que preveem uso obrigatório de máscaras e distanciamento social.

A medida, implantada pela gestão João Doria (PSDB) para coibir aglomerações das 23h às 5h, entrou em vigor no dia 26 de fevereiro e vale até 14 de março.

A restrição de circulação se aplica a qualquer atividade

não essencial e aglomeração em espaços coletivos, como estabelecimentos comerciais, bares, baladas e restaurantes dentro dos critérios estabelecidos pelo Plano SP.

Em um dos flagrantes, um baile para terceira idade, que reunia mais de 190 idosos, foi encerrado entre a noite deste sábado (27) e madrugada de domingo (28), na Penha, zona leste da capital paulista.

O descumprimento das regras sujeita os estabelecimentos a autuações com base no Código Sanitário, que prevê multa de até R\$ 290 mil. Pela falta do uso de máscara, que é obrigatória, a multa é de R\$ 5.278 por estabelecimento, por infrator. As pessoas sem a proteção facial em espaços coletivos também podem ser multadas em R\$ 551.

Segundo o Procon, as equipes de fiscalização vistoriaram 105 estabelecimentos que prestam atividade não essencial e autuaram 41 deles por desrespeito à regra de restrição de circulação entre 23h e 5h, uso obrigatório de máscaras e distanciamento social.

As empresas flagradas, diz o Procon, podem ser multadas em até R\$ 10,2 milhões, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Em São Bernardo do Campo, no ABC, a Guarda Civil Municipal disse ter dispersado um pancadão com cerca de 200 pessoas na noite deste domingo, na região do Cafezal, no bairro Montanhão. Um veículo utilizado como carro de som na festa foi apreendido e levado ao pátio municipal.

Economia



R\$ 80 bi de verba da Covid em 2020 ficam parados, e parte segue represada

Página - 03

Petrobras anuncia nova alta nos preços da gasolina, diesel e gás

Página - 03

No Mundo



Governo britânico lança 'caçada' para achar portador de variante brasileira

Página - 02

Negócios



Vacina e viagens corporativas: as últimas esperanças das aéreas para se recuperarem do tombo de 2020

Página - 08

No Mundo

Governo britânico lança 'caçada' para achar portador de variante brasileira



O governo britânico vai fazer testes em massa para tentar encontrar um viajante que chegou do Brasil com a variante de Sars-Cov-2 "brasileira", a chamada P.1, que é mais contagiosa que o vírus original. A P.1 foi detectada pela primeira vez no país, em três pessoas na Inglaterra e outras três que voaram do Brasil para a Escócia. Um deles, porém, é desconhecido, porque não preencheu o cartão de identificação que acompanha o teste.

A Public Health England (PHE) diz que os testes em que a variante foi encontrada foram feitos antes das atuais medidas de quarentena obrigatória em hotéis - iniciada

em 15 de fevereiro. O governo, porém, ainda não sabe se o infectado anônimo chegou do Brasil ou foi contaminado no Reino Unido.

Para tentar encontrá-lo, o governo vai rastrear centenas de passageiros de uma série de voos que tenham feito conexão com outros partindo do Brasil nas primeiras semanas de fevereiro e usar dados do serviço postal.

A P.1 preocupa o governo britânico porque suas mutações, além de torná-la mais contagiosa, podem tornar o vírus menos suscetível às vacinas que estão sendo usadas no momento no país.

Em entrevista a uma emissora de TV na manhã desta segunda (1º), o ministro

responsável por vacinação, Nadhim Zahawi, disse que a pessoa que procuram pode ter recebido um kit de teste doméstico ou retirado um kit num dos postos públicos. "Parte do motivo pelo qual queremos localizá-lo rapidamente é entender mais sobre ele e seus movimentos", disse.

Os outros dois casos da variante detectados na Inglaterra são de uma mesma família, na qual um dos membros voltou do Brasil cinco dias antes da quarentena vigiada entrar em vigor. Ele saiu de São Paulo, fez conexão em Zurique e chegou a Londres em 10 de fevereiro, pelo voo LX318 da Swiss Air Lines.

Ana Estela de Sousa Pinta/Folhapress

Trump reaparece em público e insinua que tentará retornar à Casa Branca



Após mais de cinco semanas sem falar em público, o ex-presidente americano Donald Trump deu a entender neste domingo (28) que tentará voltar à Presidência em 2024. "Eles [democratas] perderam a Casa Branca em novembro. E quem sabe, quem sabe, posso decidir derrotá-los pela terceira vez", afirmou em discurso de encerramento da reunião da Cpac, sigla em inglês para Conferência de Ação Política Conservadora, em Orlando, na Flórida.

O republicano não fazia um discurso público desde que partiu da Casa Branca para seu resort de Mar-a-Lago, na Flórida, em 20 de ja-

Ex-presidente francês Sarkozy é condenado à prisão por corrupção

Juízes consideraram o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy culpado de tentar subornar um juiz e de tráfico de influência nesta segunda-feira e o condenaram a três anos de prisão, dois deles suspensos.

Sarkozy, que governou a França de 2007 a 2012, havia negado qualquer irregularidade, dizendo-se vítima de uma caça às bruxas de procuradores financeiros que usaram meios excessivos para vasculhar seus assuntos.

Aposentado da política, mas ainda influente entre conservadores, Sarkozy tem 10 dias para apelar do veredicto.

Ele é o segundo ex-presidente da França moderna a ser condenado por corrupção

– o outro foi o falecido Jacques Chirac.

Procuradores persuadiram os juízes de que Sarkozy ofereceu um cargo invejável ao juiz Gilbert Azibert em Mônaco em troca de informações confidenciais de um inquérito sobre alegações de que o ex-presidente teria aceitado pagamentos ilegais da herdeira da L'Oréal, Lilliane Bettencourt, para sua campanha presidencial de 2007.

Isto veio à luz, disseram, enquanto eles gravavam conversas entre Sarkozy e seu advogado, Thierry Herzog, depois de o primeiro deixar a presidência. A escuta era relacionada a outra investigação sobre um suposto financiamento líbio para a mesma campanha.

Reuters/ABR



neiro – um hiato desse não ocorria havia cinco anos.

Lotado, o evento no Hotel Hyatt tem o potencial de se tornar mais um comício disseminador do coronavírus, com o público aglomerado e desafiando a ordem da prefeitura de Orlando de usar máscaras.

Banido das redes sociais e faminto por atenção, Trump fez um discurso em que, ao seu estilo, violou a etiqueta habitual entre ex-presidentes de não criticar antecessores.

Ele acusou Joe Biden de ser um desastre para o país na gestão da economia e no cancelamento de políticas que ele implementou, em imigração e política externa. "Fomos de América primeiro para América por último," disse Trump.

Segundo ele, Biden criou uma crise de imigração ilegal, especialmente de menores desacompanhados, acusando-o de ter suspenso medidas de segurança na fronteira.

Os ataques a Biden foram tão prolongados que Trump parecia ainda estar em campanha. Disse que todo o plano de combate à pandemia do coronavírus é dele.

Ridicularizou o democrata por dizer que não tinha encontrado estoque de vacinas ao chegar à Casa Branca. Mas disse que Biden não deveria estar mentindo porque não tem ideia do que está acontecendo, numa sugestão de que Biden é senil – o democrata tem 78 anos, e Trump, 74.

Lúcia Guimarães/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

R\$ 80 bi de verba da Covid em 2020 ficam parados, e parte segue represada



Para conter o avanço da Covid-19 e os efeitos do vírus na economia, o governo liberou R\$ 604,7 bilhões no Orçamento em 2020, segundo o Tesouro Nacional. Parte do dinheiro, porém, ficou parada, ou seja, não foi usada. No ano passado, o montante represado chegou a R\$ 80 bilhões.

Os gastos de algumas medidas lançadas em 2020 puderam ser estendidos para este ano, mas em valor mais baixo. Cerca de R\$ 37,5 bilhões dessa sobra ainda podem ser desembolsados em 2021. Até agora, porém, passados os primeiros dois meses do ano, mais de 90% desses recursos permanecem estacionados.

Registraram os maiores empenhamentos de recursos,

no ano passado e no início de 2021, o pagamento de auxílio emergencial, a verba para a saúde (inclusive para aquisição de imunizantes) e o programa de corte de jornada e de salários dos trabalhadores da iniciativa privada.

Do total programado para 2021 (R\$37,5 bilhões), quase R\$ 25,5 bilhões são para ações do Ministério da Saúde, mas apenas R\$ 1,3 bilhão foi usado até fevereiro. Portanto, a área de saúde ainda tem mais de R\$ 24 bilhões, especialmente para a compra das vacinas contra a Covid-19.

A pandemia atinge novos recordes em fevereiro —um ano após o primeiro caso de coronavírus confirmado no país. O Ministério da Economia tenta conter a pressão para que mais dinheiro extraordi-

nário seja liberado em 2021, mas com a lentidão do setor público, nem mesmo a verba disponível desde 2020 está sendo totalmente aproveitada.

No auxílio emergencial, por exemplo, sobraram quase R\$ 29 bilhões no ano passado. Há autorização somente para R\$ 2 bilhões no começo deste ano. O restante expirou com o término do período de calamidade.

O montante atual —R\$ 2 bilhões— é destinado ao pagamento de parcelas a quem conseguiu direito ao benefício no fim de 2020 (e pode receber cotas residuais no início de 2021). Também está reservado à espera de checas, por exemplo, recursos de pedidos de auxílio que foram negados no ano passado.

Fábio Pupo/Folhapress

CNC aponta fechamento de 75 mil lojas em 2020



Um levantamento divulgado ontem (1º) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que 75 mil estabelecimentos comerciais com vínculos empregatícios fecharam as portas no Brasil em 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19. Esse número é calculado a partir da diferença entre o total de abertura e de fechamento das lojas.

As micro e pequenas empresas responderam por 98,8% dos pontos comerciais fechados. Todas as unidades da federação registraram saldos negativos. Os estados mais impactados foram São Paulo (20,30 mil lojas), Minas Gerais (9,55 mil) e Rio de Janeiro (6,04 mil).

Petrobras anuncia nova alta nos preços da gasolina, diesel e gás

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (1º) um novo aumento nos preços da gasolina, do óleo diesel e do gás de botijão vendidos nas refinarias. A partir desta terça (2), a gasolina ficará 4,8% mais cara, ou seja, R\$ 0,12 por litro. Com isso, o combustível será vendido às distribuidoras por R\$ 2,60 por litro.

As informações são da Agência Brasil.

O óleo diesel terá um aumento de 5%: R\$ 0,13 por litro. Com o reajuste, o preço para as distribuidoras passará a ser de R\$ 2,71 por litro a partir de hoje.

Já o gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de botijão ou gás de cozinha, ficará 5,2% mais caro também a partir de amanhã. O preço para as distri-

buidoras será de R\$ 3,05 por quilo (R\$ 0,15 mais caro), ou seja R\$ 36,69 por 13 kg (ou R\$ 1,90 mais caro).

Segundo a Petrobras, seus preços são baseados no valor do produto no mercado internacional e na taxa de câmbio.

“Importante ressaltar também que os valores praticados nas refinarias pela Petrobras são diferentes dos percebidos pelo consumidor final no varejo. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, no caso da gasolina e do diesel, além dos custos e margens das companhias distribuidoras e dos revendedores de combustíveis”, destaca nota divulgada pela empresa.

Folhapress



Essa retração anual do comércio é a maior registrada desde 2016, quando 105,3 mil lojas saíram de cena devido à recessão econômica do período. Apesar do alto número de estabelecimentos que fecharam suas portas no ano passado, as vendas no varejo tiveram queda de apenas 1,5%. Esse percentual, segundo a CNC, foi menor do que o esperado para um momento crítico.

De acordo com a entidade, as perdas foram sentidas já em março, mas o mercado começou a mostrar uma reação a partir de maio, afastando expectativas mais pessimistas. O fortalecimento do comércio eletrônico e o benefício do auxílio emergencial, permitindo que a população mantivesse algum nível

de consumo, foram listados como fatores que contribuíram para o aquecimento do comércio.

“Na primeira metade do ano, quando o índice de isolamento social chegou a atingir 47% da população, as vendas recuaram 6,1% em relação a dezembro de 2019. Na segunda metade do ano, quando se iniciou o processo de reabertura da economia e foram registrados os menores índices de isolamento desde o início da crise sanitária, as vendas reagiram, avançando 17,4%”, diz o estudo.

O levantamento aponta, no entanto, que a população ainda manifesta algum grau de dependência do consumo presencial, o que traz desafios para 2021.

Léo Rodrigues/ABR

Beta Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 17.431.261/0001-69

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 20 de setembro de 2019. *A Administração*

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)		30/06/2019		30/06/2018	
Balanço Patrimonial		Notas 30/06/2019		Notas 30/06/2018	
Ativo					
Circulante	707.598	482.611			
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.769	23.490		
Contas a receber de clientes	4	47.146	67.936		
Tributos a recuperar		3.075	479		
Adiantamentos a fornecedores	5	292.361	104.003		
Contratos de comercialização de energia	5	338.247	286.703		
Não circulante	859.389	491.650			
Adiantamentos a fornecedores	5	318.632	209.353		
Contratos de comercialização de energia	5	540.696	282.257		
Imobilizado e intangível		61	40		
Total do ativo	1.566.987	974.261			
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	852.508	434.173			
Fornecedores	6	47.421	55.259		
Tributos a recolher		7	65		
Salários e encargos sociais		100	133		
Adiantamento de clientes	5	194.428	91.657		
Contratos de comercialização de energia	5	248.181	286.789		
Outras obrigações	7	362.371	-		
Não circulante	480.893	314.925			
Adiantamento de clientes	5	24.361	18.367		
Outras obrigações	7	5	52.472		
Contratos de comercialização de energia	5	356.776	222.281		
Tributos diferidos	12	99.756	21.805		
Patrimônio líquido	233.586	225.163			
Capital social	8	248.001	198.001		
Prejuízos acumulados		(14.415)	27.162		
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.566.987	974.261			
1. Informações gerais – A Beta Comercializadora de Energia S.A. (Beta ou "Companhia") sociedade anônima brasileira de capital fechado, constituída em 31/08/2012, sob a razão social Ventus Comercializadora de Energia S.A. Em 27/06/2017, a Companhia teve a reforma e consolidação do Estatuto Social e a alteração da sua razão social para Beta Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto: (a) a comercialização de energia elétrica; (b) a intermediação de negócios em geral, relacionados à comercialização de energia elétrica; (c) a prestação de serviços de consultoria relacionados a investimentos, planejamentos e comercialização em geral de energia elétrica; e (d) a participação em outras empresas comerciais ou civis, nacionais, ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da empresa investida. No exercício findo em 30/06/2019, a Companhia realizou substancialmente operações de compra e venda de energia elétrica com participantes do mercado e energia livre realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, atuando no mercado livre na atividade de trading e operações de pré-pagamento. A Companhia iniciou a quase totalidade de suas atividades de compra e venda de energia no exercício findo em 30/06/2018. A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.541, 16º andar, CEP 03178-200, Cidade Monções. Sua controladora é a Delta Energia – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 578, de 30/08/2016, conforme alterada ("Instrução CVM nº 578"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 22.589.901/0001-37 ("Comprador"), neste ato representado por sua administradora, Banco Modal S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Botafogo, nº 501, 5º andar (parte), Bloco I, inscrita no CNPJ nº 30.723.886/0001-62, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 5.986, expedido em 01/06/2000. A Companhia tem suas atividades autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme Resolução nº 327, de 18/06/2002. 2. Apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo a Lei das Sociedades por Ações, e incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A Administração declara que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. 2.2. Aprovação das demonstrações financeiras: Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 30/06/2019, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 24/09/2019. 2.3. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. 2.4. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma. 2.5. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas dos CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. 2.6. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis detalhadas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 2.6.1. Instrumentos financeiros: (a) Reconhecimento e mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo e, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado – VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (b) Classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: • Mensurado ao custo amortizado; • Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida); • Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. (c) Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. (d) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (e) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de "impairment" para esses instrumentos financeiros. 2.6.1.1. Instrumentos financeiros derivativos – marcação a mercado: A Companhia realiza transações de compra e venda de energia para atender seu objetivo principal que é a comercialização de energia elétrica no Mercado Livre de Energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia e prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e seu valor justo é reavaliado na data do balanço, sendo as variações do valor justo contabilizadas no resultado do exercício. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido. 2.6.1.2. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. 2.6.1.3. Contas a receber: Contas a receber referem-se a montantes devidos por clientes provenientes da comercialização de energia no curso normal dos negócios e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva, deduzidos de provisão para risco de crédito, quando aplicável. Estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. 2.6.5. Adiantamento a fornecedores: Adiantamento a fornecedores referem-se a montantes devidos por fornecedores provenientes da compra de energia elétrica de contratos de pré-pagamentos e são reconhecidos a valor de custo. 2.6.6. Resultados: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre direitos creditórios e notas promissórias junto ao Delta Energia – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios. 2.6.7. Imposto de renda e contribuição social: a) Tributos correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. b) Tributos diferidos: Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. 2.7. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As novas normas, alterações e interpretações de normas a seguir foram emitidas com vigência a partir de 01/01/2019, e não tiveram sua adoção antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: • CPC 06 Arrendamento Mercantil: Vigente desde 01/01/2019, requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração da Companhia não identificou contratos relevantes para que fossem reconhecidos ou divulgados nos termos deste pronunciamento. ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Vigente desde 01/01/2019, esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. De acordo com o ICPC 22, a Companhia deve considerar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. Se a Companhia entende que é provável que as autoridades fiscais aceitarão o tratamento escolhido, então ela deve mensurar seu imposto de renda de acordo com esse pressuposto. Apenas se a Companhia acreditar que é provável que o tratamento fiscal não será aceito, haverá uma incerteza a ser endereçada pelo ICPC 22. A incerteza deve ser refletida na mensuração para fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza, baseando-se na abordagem do (i) valor mais provável ou (ii) do valor esperado. A interpretação também exige que as empresas reavaliem os julgamentos e as estimativas aplicadas se os fatos e as circunstâncias mudarem – por exemplo: com base no resultado de inspeção das autoridades fiscais, seguindo as mudanças nas regras tributárias ou quando há a expiração do direito de uma autoridade tributária contestar um tratamento. A Companhia avaliou a interpretação e o tratamento tributário adotado atualmente para fins de apuração do imposto de renda e concluiu que não há impactos pela sua adoção que devam ser refletidos nas demonstrações financeiras ou alterar o reconhecimento e mensuração de incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro. Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras. 2.8. Representação dos valores correspondentes: A Administração da Companhia está ajustando e representando as demonstrações financeiras do exercício findo em 30/06/2018, em função de alterações nas políticas contábeis da Companhia. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos em relação aos valores anteriormente apresentados:					
Patrimônio líquido	Resultado				
30/06/2018	30/06/2018				
187.078	(10.923)				
Saldos originalmente apresentados					
(i) Marcação a mercado dos contratos					
futuros de comercialização de energia		38.085	38.085		
Saldos reapresentados		225.163	27.162		
Original Ajustes Reapresentado					
Ativo					
Circulante					
Contratos de comercialização de energia	(i)	- 286.703	286.703		
Outros ativos circulantes		195.908	195.908		
Total do ativo circulante		195.908	286.703		
Não circulante					
Contratos de comercialização de energia	(i)	- 282.257	282.257		
Outros ativos não circulantes		209.393	209.393		
Total do ativo não circulante		209.393	282.257		
Total do ativo		405.301	568.960		
Passivo					
Circulante					
Contratos de comercialização de energia	(i)	- 286.789	286.789		
Outros passivos circulantes		147.384	147.384		
Total do passivo circulante		147.384	286.789		
Não circulante					
Contratos de comercialização de energia	(i)	- 222.281	222.281		
Tributos diferidos		21.805	21.805		
Outros passivos não circulantes		70.839	70.839		
Total do passivo não circulante		70.839	244.086		
Patrimônio líquido					
Capital social		198.001	198.001		
Lucros (prejuízos) acumulados	(i)	(10.923)	38.085	27.162	
Total do patrimônio líquido		187.078	38.085	225.163	
Total do passivo e patrimônio líquido		405.301	568.960	974.261	
Demonstração do resultado					
Receita líquida		Original Ajustes Reapresentado			
Custo da venda de energia		283.156	-	283.156	
Variação no valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia		(279.892)	-	(279.892)	
Lucro líquido		600.014	283.156	283.156	
Variação no valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia		(648.487)	(279.892)		
Lucro bruto		206.281	57.704	57.704	
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	10	(3.745)	(1.941)		
Outras despesas	10	9	(11)		
		(3.736)	(1.952)		
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		154.072	59.016	59.016	
Resultado financeiro: Receitas financeiras	11	6.231	2.513		
Despesas financeiras	11	(131.744)	(14.536)		
		(125.513)	(12.023)		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		28.559	46.993	46.993	
IRPJ e CSLL – correntes	12	-	(212)		
IRPJ e CSLL – diferido	5	(70.136)	(19.619)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(41.577)	27.162	27.162	
Quantidade de ações na data do balanço – mil		248.001	198.001		
Lucro (prejuízo) por ação – R\$		(0,17)	0,14	0,14	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Saldos em 30/06/2017 (não auditado)					
Integralização de capital social	8	198.001	-	198.001	
Lucro líquido do exercício		-	27.162	27.162	
Saldos em 30/06/2018 (reapresentado)		198.001	27.162	225.163	
Aumento de capital social	8	50.000	-	50.000	
Prejuízo do exercício		-	(41.577)	(41.577)	
Saldos em 30/06/2019		248.001	(14.415)	233.586	
Despesas operacionais:		Original Ajustes Reapresentado			
Gerais e administrativas		(1.941)	-	(1.941)	
Outras despesas		(11)	-	(11)	
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		(1.952)	-	(1.952)	
Resultado financeiro		(12.023)	-	(12.023)	
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		(10.711)	46.993		
IRPJ e CSLL – correntes		(212)	-	(212)	
IRPJ e CSLL – diferidos	(i)	-	(19.619)	(19.619)	
Lucro (prejuízo) do exercício		(10.923)	38.085	27.162	
Não há efeitos entre as atividades na demonstração dos fluxos de caixa. Adicionalmente, por ter iniciado as operações durante o exercício findo em 30/06/2018, a Companhia não está representando os saldos de abertura daquele exercício.					
3. Caixa e equivalentes de caixa.					
		30/06/2019	30/06/2018		
Caixa		1	1		
Bancos conta movimento		253	96		
Aplicações financeiras		26.515	23.393		
Total		27.769	23.490		
Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) e são mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha. 4. Contas a receber de clientes – Os saldos em 30/06/2019 são compostos por valores recebíveis por venda de energia, a vencer em no máximo 45 dias, para os quais não são esperadas perdas na sua realização. 5. Contratos de comercialização de energia – Em 30/06/2019, a Companhia possui compromissos de contratos de compra e venda de energia para suprimento futuro até o ano de 2022, na qual resultou nos efeitos de marcação a mercado divulgados na nota explicativa 5 item C. Estes compromissos totalizam em 30/06/2019, a valor contratual, os montantes de R\$ 1.608.063 e R\$ 1.098.159, em recebíveis e obrigações, respectivamente. Conforme mencionado na nota 2.6.1.1, a Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. As operações de adiantamentos e os respectivos efeitos das marcações a mercado estão demonstrados a seguir:					
		30/06/2019	30/06/2018		
Ativos relacionados aos contratos de comercialização de energia					
Adiantamentos a fornecedores (a)		610.993	313.356		
Ganhos na marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia		878.943	568.960		
		1.489.936	882.316		
Ativo circulante		630.608	390.708		
Ativo não circulante		859.328	491.610		
Passivos relacionados aos contratos de comercialização de energia					
Adiantamento de clientes – FIDC (b) (i)		189.068	93.597		
Adiantamento de clientes (b) (ii)		29.721	16.427		
Perdas na marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia		604.957	509.070		
		823.746	619.094		
Passivo circulante		442.609	378.446		
Passivo não circulante		381.137	204.648		
A Adiantamentos a fornecedores: Em 30/06/2019, o saldo correspondente refere-se a contratos de compra de energia através de pré-pagamentos, os quais possuem as seguintes expectativas de realização:					
		Em até De 1 a De 2 a De 3 a Total			
Adiantamentos a fornecedores		292.361	175.649	1	

... continuação **Beta Comercializadora de Energia S.A.**
13.3. Gestão do risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constante-

mente monitoradas pela administração da Companhia. A Companhia considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, sejam eles de mercado ou crédito, para depurar e precificar seus negócios e carteira. **13.4. Gestão do risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade de a Companhia liquidar as obrigações assumidas. A Administração da Companhia somente

utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Porém, não há captação ou saldo de empréstimo a pagar na Companhia. **13.5. Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para

manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

João Carlos de Abreu Guimarães – Diretor Presidente
 Almir Fioravante Camargo – Contador CRC 1SP 212.168/O-4

Aos Acionistas e Diretores da
Beta Comercializadora de Energia S.A. – São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Beta Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30/06/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30/06/2019, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase sobre a apresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em decorrência de

alterações nas políticas contábeis da Companhia, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distor-

ção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divul-

gações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de setembro de 2019
 Ernst & Young
 Auditores Independentes S.S.
 CRC 2SP 034.519/O-6

Adilvo França Junior
 Contador
 CRC 1BA 021.419/O-4-T-SP

Palhações Patrimonial e Participações S/A – CNPJ/MF nº 10.570.982/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Milhares de Reais)
 Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.
 São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.

Balanço Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		A Administração			
	2020	2019	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Ativo			24.451.408	1.219.076	1.062.313	-	26.732.797
Ativo Circulante	36.980.452	258.288	-	-	-	-	-
Caixa e Bancos	320.835	10.809	-	-	(3.550.000)	-	-
Aplicações Financeiras	35.596.264	235.848	-	-	-	2.939.338	2.939.338
Clientes p/ Locação de Imóveis	5.250	2.500	-	146.967	-	(146.967)	-
Empréstimos	1.000.000	-	-	-	2.792.372	(2.792.372)	-
Impostos a Recuperar	49.079	1.681	-	-	-	-	-
Despesa Antecipada	9.024	6.450	-	-	-	23.061.061	23.061.061
Ativo não Circulante			24.451.408	1.366.043	304.685	-	26.122.136
Investimentos			-	-	-	-	-
Participações Societárias	11.285.412	11.285.412	-	1.153.053	-	(1.153.053)	-
Imobilizado	14.305.738	15.443.675	-	-	21.908.008	(21.908.008)	-
Terrenos	-	13.247.674	-	-	-	-	-
Edifícios	2.702.596	1.836.271	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	40.000	-	-	-	-	-
Veículos Leves	317.730	317.730	-	-	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada da Imobilizado Líquido	929.646	858.610	(1.873.255)	(260.051)	-	(1.000.000)	-
Total do Ativo	50.356.544	26.129.765	31.915.629	(88.309)	304.685	(674)	(118)
Passivo			31.915.629	31.994	-	(864.325)	(864.325)
Passivo Circulante	1.173.347	7.629	1.409.499	31.994	-	13.287.674	13.287.674
Contribuições Sociais	802	91	94	37	-	71.036	122.935
IRPJ e CSLL	716.937	2.342	(110.014)	(122.934)	-	-	-
Outras Contas a Pagar	455.608	5.196	3.360.000	3.360.000	-	11.443.663	124.063
Patrimônio Líquido	49.183.197	26.122.136	34.606.156	2.920.737	-	711	-
Capital Social	24.451.408	24.451.408	34.633.375	2.949.642	-	714.595	(795)
Reserva Legal	2.519.096	1.366.043	(11.572.314)	(10.304)	-	450.412	(914)
Reserva de Lucros	22.212.693	304.685	23.061.061	2.939.338	-	1.165.718	(1.709)
Total do Passivo	50.356.544	26.129.765	0,94	0,12	-	3.550.000	3.550.000
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras		11.638/07 e Lei 11.941/09. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis					
1. Contexto Operacional – A Palhações Patrimonial e Participações S/A, tem como objeto social a administração de imóveis próprios destinados à locação e a participação como sócia ou acionista em outras empresas. 2. Base da Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.404/76, e alterações introduzidas pela Lei		– As receitas e despesas são apropriadas segundo o regime de competência. 4. Capital Social – O capital social totalmente integralizado está representado por 24.451.408,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentas e cinquenta e uma mil, quatrocentas e oito) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.					
		Luiz Carlos Dias Fernandes – Diretor Presidente Alexandre Fernandes Adami – Diretor Giovanni Pellegrino – Técnico Contabilidade – CRC 1SP 68.728/O-1					

Sony confirma que deixará de vender produtos no Brasil em março



Conforme havia anunciado em setembro de 2020, a Sony Brasil comunicou nesta segunda (1º) que irá encerrar suas atividades no país no final de março. Com isso TVs, câmeras digitais e equipamentos de áudio da marca deixarão de ser comercializados no Brasil.

A lembrança ganhou contornos políticos nas redes sociais, com críticas ao governo Jair Bolsonaro (sem partido) na esteira do anúncio, em janeiro deste ano, do fim das

atividades da Ford no Brasil. “Sem renda para a maioria do povo, sem mercado consumidor”, afirmou o deputado federal Jorge Solla (PT-BA). Como já estava previsto, as demais operações do grupo, que envolvem games, soluções profissionais, música e cinema, continuam.

Quando anunciou o fechamento da fábrica na Zona Franca de Manaus (AM), em setembro, a marca afirmou em nota que a decisão foi tomada “considerando o ambiente recente de mercado e

a tendência esperada para os negócios”.

Em dezembro do ano passado, a Mondial, marca brasileira de eletrodomésticos portáteis, anunciou a compra da unidade da Sony na em Manaus. A aquisição inclui tanto o espaço quanto os equipamentos da marca japonesa.

A empresa já possuía uma fábrica na região desde 2014, local onde são produzidos DVDs, caixas de som acústicas de média e alta potência, thunder, boombox e outros produtos de áudio e vídeo.

Venda de carros tem nova queda em fevereiro com piora na pandemia



Retomada não veio. Com o agravamento da pandemia de Covid-19 e suas consequências na indústria e no setor de serviços, as vendas de veículos registraram nova queda em fevereiro, e não há perspectivas de que março seja melhor.

De acordo com dados prévios com base no Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores), foram emplacadas 167,4 mil unidades no último mês, dado que inclui carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões. Na comparação com fevereiro de 2020, houve queda de 16,7% nas vendas. Em relação a janeiro, a retração é de 2,2%.

O acumulado do ano também é frustrante. A comercialização de veículos no primeiro bimestre está 14,2% abaixo do registrado em igual período do ano passado. Não se esperava um crescimento

vultoso – não havia restrições no início de 2020-, mas havia a esperança de que, ao menos, o resultado fosse repetido.

Os fatores que levaram à queda são conhecidos e potencializados no Brasil. Há uma falta global de insumos para produção de veículos, consequência das paralisações causadas pela pandemia, que foram seguidas por uma explosão dos pedidos por parte de diferentes segmentos da indústria.

Nesse momento, o setor automotivo compete com fabricantes de videogames para a compra de chips e com a construção civil para adquirir aço.

A situação é agravada no Brasil, que sofre também com o apagão logístico. O transporte aéreo, por exemplo, está comprometido pela redução dos voos internacionais, falta porão para transportar componentes.

Folhapress

Beta Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 17.431.261/0001-69

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 30/06/2020 e 30/06/2019. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 20 de setembro de 2020.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial		Passivo e Patrimônio Líquido		Demonstração do Resultado		Demonstração do Resultado Abrangente				
Ativo	Notas	30/06/2020	30/06/2019	Notas	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019		
Circulante		656.129	707.598	Receita líquida	9	977.079	600.014	Prejuízo do exercício	(45.008)	(41.577)
Caixa e equivalentes de caixa	3	28.315	26.769	Custo da venda de energia	10	(914.143)	(648.487)	Resultado abrangente total do exercício	(45.008)	(41.577)
Contas a receber de clientes	4	86.536	47.146	Varição no valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia	5	(4.196)	206.281	Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Tributos a recuperar		1.366	3.075	Lucro bruto		58.740	157.808	Fluxo de caixa das atividades operacionais	30/06/2020	30/06/2019
Adiantamentos a fornecedores	5	226.956	292.361	Despesas operacionais				Prejuízo do exercício	(45.008)	(41.577)
Contratos de comercialização de energia	5	312.956	338.247	Gerais e administrativas	10	(2.500)	(3.745)	Despesas (receitas) que não representam movimentação no caixa		
Não circulante		456.514	859.389	Outras receitas	10	11	9	Depreciação e amortização	14	10
Adiantamentos a fornecedores	5	238.263	318.632	Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		56.251	154.072	Encargos financeiros	103.747	94.242
Contratos de comercialização de energia	5	218.206	540.696	Resultado financeiro				Varição no valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia	4.196	(206.281)
Imobilizado e intangível		45	61	Receitas financeiras	11	(104.772)	(131.744)	Imposto de renda e contribuição social – diferido	(1.426)	70.136
Total do ativo		1.112.643	1.566.987	Despesas financeiras	11	(102.685)	(125.513)	Valor residual da baixa de ativo imobilizado	2	-
				Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		(46.343)	28.559	(Aumento) redução no ativo operacional:		
				Imposto de renda e CSLL – Diferido	5	1.426	(70.136)	Contas a receber de clientes	(39.390)	20.790
				Prejuízo do exercício		(45.008)	(41.577)	Tributos a recuperar	1.709	(2.596)
				Prejuízo por ação – R\$		248.001	248.001	Adiantamento a fornecedores	145.774	(297.637)
						(0,18)	(0,17)	Aumento (redução) no passivo operacional:		
								Fornecedores	21.451	(8.108)
								Tributos a recolher	900	(58)
								Salários e encargos sociais	(43)	(33)
								Adiantamento de clientes	54.237	13.294
								Outras obrigações	(1)	-
								Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	246.162	(357.818)
								Fluxo de caixa das atividades de investimento		
								Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado	-	(31)
								Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	-	(31)
								Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
								Aumento/Integralização de capital social	-	50.000
								Outras obrigações – emissão de notas promissórias	-	330.000
								Amortização notas promissórias (principal e juros pagos)	(190.385)	(53.342)
								Antecipação de recebíveis – FIDC	85.676	153.613
								Amortização de recebíveis antecipados – FIDC (principal e juros pagos)	(139.907)	(119.143)
								Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(244.616)	361.128
								Aumento no caixa e equivalentes a caixa	1.546	3.279
								Caixa e equivalentes no início do exercício	26.769	23.490
								Caixa e equivalentes no final do exercício	28.315	26.769
								Aumento no caixa e equivalentes a caixa	1.546	3.279

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 30/06/2018	198.001	27.162	225.163
Aumento de capital social	50.000	-	50.000
Prejuízo do exercício	-	(41.577)	(41.577)
Saldos em 30/06/2019	248.001	(14.415)	233.586
Prejuízo do exercício	-	(45.008)	(45.008)
Saldos em 30/06/2020	248.001	(59.423)	188.578

Atividades de Investimento

Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Total
226.956	175.010	63.253	465.219

b) **Antecipação de recebíveis:** A partir de 23/11/2017, a Companhia realizou operações em direitos creditórios (FIDC) junto à Delta Energia – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios para a realização de intermediação de compra e venda de contratos de energia em operações de pré-pagamento. Os créditos cedidos possuem vencimento até janeiro de 2022 e encargos nominais de 9,86% a.a. **Movimentação antecipação de recebíveis – FIDC**

30/06/2020	30/06/2019
Saldo inicial	189.068
Captação – FIDC	85.676
Amortização – FIDC e juros	(139.907)
Encargos financeiros provisionados	68.792
Saldo final	203.629

c) Em 30/06/2020, o saldo correspondente refere-se a contratos de venda de energia através de pré-pagamentos. d) **Marcação a mercado dos contratos de comercialização:** O reconhecimento do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, foi efetuado em rubricas conforme apresentado no quadro a seguir:

30/06/2020	30/06/2019
Ganho com instrumentos financeiros derivativos – Ativo circulante	312.956
Ganho com instrumentos financeiros derivativos – Ativo não circulante	218.206
Perda com instrumentos financeiros derivativos – Passivo circulante	159.156
Perda com instrumentos financeiros derivativos – Passivo não circulante	102.374
Resultado líquido	269.632
Valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros	(9.842)
PIS/COFINS diferido	(10.001)
Resultado acumulado com instrumentos financeiros derivativos	259.790
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(88.329)
Efeito líquido acumulado com instrumentos financeiros derivativos	171.461

O resultado real destas operações pode variar substancialmente uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando as respectivas datas-base de 30/06/2020 e 2019. A Companhia não reconheceu os tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social por não atender aos requisitos do CPC 32 – Tributos sobre o lucro para o seu reconhecimento. **6. Fornecedores** – Em 30/06/2020, os principais saldos referem-se a fornecedores de energia elétrica, a vencer em no máximo 60 dias. **7. Transações com partes relacionadas – a) Notas promissórias:** A Companhia firmou contratos de emissão de Notas Promissórias junto à Delta Energia – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, com encargos nominais de 15% a.a., possuem vencimento em até 1 ano. Os recursos captados pela Companhia foram utilizados para as operações de contratos de pré-pagamento de energia elétrica.

Movimentação notas promissórias

30/06/2020	30/06/2019
Saldo inicial	362.371
Captação notas promissórias	330.000
Amortização notas promissórias e juros	(190.385)
Encargos financeiros provisionados	34.955
Saldo em 30 de junho	206.941

b) **Remuneração da administração:** Não houve remuneração paga aos administradores da Companhia nos exercícios findos em 30/06/2020 e 2019. c) **Antecipação de recebíveis:** A Companhia realizou operações em direitos creditórios (FIDC) junto à Delta Energia – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios para a realização de intermediação de compra e venda de contratos de energia em operações de pré-pagamento, resultando em saldo passivo de R\$ 203.629 em 30/06/2020 (R\$ 189.068 em 30/06/2019). Veja informações adicionais na nota explicativa 5. b. **8. Capital social** – O capital social da Companhia, em 30/06/2020 e 2019, é de R\$248.001 (duzentos e quarenta e oito mil e um reais) dividido em 248.001 ações no valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, pertencentes em sua totalidade à Delta Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. Em 01/03/2010 os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1 (um mil) cada, totalmente integralizados em moeda corrente.

9. Receita líquida

30/06/2020	30/06/2019
Receita bruta de vendas	980.210
(-) PIS	(558)
(-) COFINS	(2.573)
Total	977.079

10. despesas por função e natureza

30/06/2020	30/06/2019
Por função: Custo da venda de energia	(914.143)
Despesas gerais e administrativas	(2.500)
Outras receitas	11
Total	(916.632)

Por natureza: Compra de energia para revenda (914.143) (648.487) Despesas com pessoais (1.592) (33.241) Outras despesas (897) (1.178) **Total (916.632) (652.223)**

11. Resultado financeiro

30/06/2020	30/06/2019
Rendimentos de aplicações financeiras	1.950
Outras receitas financeiras	137
Total das receitas financeiras	2.087
Despesas financeiras	(68.792)
Juros sobre direitos creditórios – FIDC	(34.955)
Resultado de aquisição de instrumento financeiro	(36.757)
Outras despesas financeiras	(1.025)
Total das despesas financeiras	(104.772)
Resultado financeiro líquido	(102.685)

12. Imposto de renda e contribuição social – a) Corrente: A Companhia apura seu Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) através do lucro real. Para os exercícios findos em 30/06/2020 e 2019 não houve base tributária nem para imposto de renda nem para contribuição social. b) **Diferido:** i) **Composição do saldo**

30/06/2020	30/06/2019
Ganho com instrumentos financeiros derivativos – marcação a mercado	531.162
Perda com instrumentos financeiros derivativos – marcação a mercado	(261.530)
Total	269.632

Ativos financeiros

Valor contábil	Valor justo	Valor justo	Nível
amortizado	resultado	amortizado	resultado
Caixa e equivalentes de caixa	28.315	-	
Contas a receber	86.536	-	
Contratos de comercialização de energia	-	531.162	Nível 2
Passivos financeiros			
Fornecedores	(68.872)	-	
Antecipação de recebíveis	(203.629)	-	
Contratos de comercialização de energia	-	(261.530)	Nível 2
Notas promissórias	(206.941)	-	
Total	(474.972)	(261.530)	

Ativos financeiros

Valor contábil	Valor justo	Valor justo	Nível
amortizado	resultado	amortizado	resultado
Caixa e equivalentes de caixa	28.315	-	
Contas a receber	47.146	-	
Contratos de comercialização de energia	-	878.943	Nível 2
Passivos financeiros			
Fornecedores	(47.421)	-	
Antecipação de recebíveis	(189.068)	-	
Contratos de comercialização de energia	-	(244.819)	Nível 2
Notas promissórias	(362.371)	-	
Total	(606.866)	(244.819)	

13.3. Gestão do risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Companhia. A Companhia considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, sejam eles de mercado ou crédito, para depurar e precificar seus negócios e carteira. **13.4. Gestão do risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade de a Companhia liquidar as obrigações assumidas. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Porém, não há captação ou saldo de empréstimo a pagar na Companhia. **13.5. Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

João Carlos de Abreu Guimarães – Diretor Presidente
Almir Fioravante Camargo – Contador CRC 1SP 212.168/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

... continuação **Beta Comercializadora de Energia S.A.**

dade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo

de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtive-

mos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 30/09/2020.

Ernst & Young
Audidores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Adilvo França Junior
Contador
CRC 1BA 021.419/O-4-T-SP



Edital de Leilão de Alienação Fiduciária

1º LEILÃO: 16 de Março de 2021, às 08h45min *.

2º LEILÃO: 23 de Março de 2021, às 15h30min *.

(*horário de Brasília)

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One – Brooklin Paulista – CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pela Credora Fiduciária **GAFISA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 01.545.826/0001-07, com sede em São Paulo/SP, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Bloco 2, 3º Andar, Conjunto 32, Vila Nova Conceição, CEP 04543-900, nos termos da Escritura de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada aos 24/11/2017, firmado com o **Fiduciante RODNEY CAPP PALLOTTA**, brasileiro, solteiro, cirurgião dentista, RG nº 27.444.404-SSP/SP e CPF nº 292.661.338-50, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Rua Sussurana, nº 136, Vila Nair, no dia **16 de Março de 2021, às 08h45min**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 779.944,59 (Setecentos e setenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos – atualizados conforme disposições contratuais)**, o imóvel matriculado sob nº **50.484 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca e São Caetano do Sul/SP**, com propriedade consolidada conforme Av. 40, constituído pela "A unidade autônoma designada quarto nº 1.409, localizado no 14º pavimento da Torre Way (Torre A) – Subcondomínio Hotel – Parte Hoteleira, integrante do empreendimento "SÃO International Square", cuja torre tem acesso pela Alameda Terracota nº 250, na cidade e comarca de São Caetano do Sul, composto de quarto e sanitário PNE, com a área real privativa de 32,060m², a área real de uso comum de 59,569m², a área real total de 91,629m² e o coeficiente de proporcionalidade de 0,0005660, confrontando, no sentido de quem da Alameda Caullim olha para o empreendimento, pela frente com a área técnica e com o corredor de circulação do pavimento, pelo lado direito com o quarto de final "10", pelo lado esquerdo com as salas de finais "7" e "8" e com a área técnica da parte comercial, e pelos fundos com a parede divisória de fundos do edifício". **Cadastrado na Prefeitura sob nº 08.091.0431**. Consta conforme R.6 a alienação fiduciária em favor da **GAFISA S/A**. Conforme Av.40, intimação dos devedores para purga da Mora. **Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Imóvel Desocupado. Conforme AV.3 – A parte ideal de 18,9379000% do imóvel desta matrícula está hipotecada a favor do Banco do Brasil S/A. Conforme AV.10, AV.11, AV.12, AV.13, AV.14, AV.15, AV.16, AV.17, AV.18, AV.19, AV.20, AV.21, AV.22, AV.23, AV.24, AV.25, AV.26, AV.27, AV.28, AV.29, AV.30, AV.31, AV.32, AV.33, AV.34, AV.35, AV.36, AV.37, AV.38, AV.39, AV.41, AV.42, AV.43, AV.44, AV.45, AV.46, AV.47, AV.48, AV.49, AV.50, AV.51, AV.52, AV.53 – consta a indisponibilidade resolúvel do imóvel desta matrícula.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **23 de Março de 2021, às 15h30min**, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 553.735,67 (Quinhentos e cinquenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos – nos termos do art. 27, § 2º da Lei 9514/97)**. Em virtude da pandemia da COVID-19 o evento será realizado exclusivamente on line. Os interessados deverão se cadastrar através da Loja **SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net)** e do **SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net)** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Demais condições de participação online devem ser verificadas nos sites indicados. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através da Loja **SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net)** e do **SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net)**, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. Todos e quaisquer tributos (incluindo IPTU), tarifas, encargos, despesas condominiais, etc, além da regularização de quaisquer restrições que incidam sobre a matrícula (hipoteca, etc) que incidirem sobre o IMÓVEL até a data do Leilão (inclusive) são de única e exclusiva responsabilidade dos VENEDORES, e a partir da data do Leilão passarão a ser de responsabilidade do ARREMATANTE, independente de já terem recebido a posse e/ou lavrado a escritura. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel ou outra entrega em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. Dentro de 90 (noventa) dias contados da arrematação, se houver, a VENEDORA se responsabilizará pelas providências e despesas necessárias ao levantamento das indisponibilidades/restrições averbadas na matrícula do imóvel até a data do leilão. Caso haja arrematante em Primeiro ou Segundo Leilão a Carta de Arrematação será lavrada em até 90 (noventa) dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. A posse indireta será transmitida ao comprador na lavratura da Carta de Arrematação. No caso de ação(ões) Judicial(is) relativas ao(s) Imóvel(is) arrematado(s), que invalidem a consolidação da propriedade e anulem a arrematação do imóvel pelo COMPRADOR ARREMATANTE, mediante trânsito em julgado, os leilões públicos promovidos pela VENEDORA ou adjudicação em favor da VENEDORA, a arrematação do COMPRADOR ARREMATANTE será rescindida, reembolsados pela VENEDORA os valores pagos pelo COMPRADOR ARREMATANTE, excluída a comissão do LEILOEIRO, que deverá ser restituída pelo próprio leiloeiro, atualizados os valores a ressarcir pelos mesmos índices aplicados à caderneta de poupança, não fazendo jus o COMPRADOR ARREMATANTE, nesta hipótese de rescisão a juros de mora, multas por rescisão contratual, perdas e danos ou lucros cessantes, devendo o COMPRADOR ARREMATANTE, caso exerça a posse do imóvel, desocupá-lo em 15 dias, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal da VENEDORA. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível na Loja **SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net)** e no **SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net)**, o qual o participante deverá declarar ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos para a participação no leilão. O horário mencionado neste edital, na Loja **SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net)** e no **SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net)**, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Ficom os Devedores Fiduciários INTIMADOS das designações feitas acima. A publicação do presente edital supre a intimação pessoal. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.



Edital de Leilão de Alienação Fiduciária

1º LEILÃO: 16 de Março de 2021, às 08h45min *.

2º LEILÃO: 23 de Março de 2021, às 15h30min *.

(*horário de Brasília)

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One – Brooklin Paulista – CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pela Credora Fiduciária **GAFISA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 01.545.826/0001-07, nos termos da Escritura de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada aos 24/11/2017, firmado com o **Fiduciante RODNEY CAPP PALLOTTA**, RG nº 27.444.404-SSP/SP e CPF nº 292.661.338-50, residente e domiciliado em São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 779.944,59 (Setecentos e setenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos – atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pela unidade autônoma designada quarto nº 1.409, localizado no 14º pavimento da Torre Way (Torre A) – Subcondomínio Hotel – Parte Hoteleira, integrante do empreendimento "SÃO International Square", cuja torre tem acesso pela Alameda Terracota nº 250, na cidade e comarca de São Caetano do Sul, composto de quarto e sanitário PNE, com a área real privativa de 32,060m², a área real de uso comum de 59,569m², a área real total de 91,629m², melhor descritor na matrícula nº **50.484 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca e São Caetano do Sul/SP. Cadastrado na Prefeitura sob o nº 08.091.0431. Imóvel desocupado. Conforme AV.3 – A parte ideal de 18,9379000% do imóvel desta matrícula está hipotecada a favor do Banco do Brasil S/A. Conforme AV.10, AV.11, AV.12, AV.13, AV.14, AV.15, AV.16, AV.17, AV.18, AV.19, AV.20, AV.21, AV.22, AV.23, AV.24, AV.25, AV.26, AV.27, AV.28, AV.29, AV.30, AV.31, AV.32, AV.33, AV.34, AV.35, AV.36, AV.37, AV.38, AV.39, AV.41, AV.42, AV.43, AV.44, AV.45, AV.46, AV.47, AV.48, AV.49, AV.50, AV.51, AV.52, AV.53 – consta a indisponibilidade resolúvel do imóvel desta matrícula.** **Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **23 de Março de 2021, às 15h30min**, para realização do **SEGUNDO LEILÃO (Quinhentos e cinquenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos – nos termos do art. 27, § 2º da Lei 9.514/97)**. Em virtude da pandemia da COVID-19 o evento será realizado exclusivamente online. Os interessados em participar do leilão de modo online, deverão se cadastrar na Loja **SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net)** e no **SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net)** e se habilitar acessando a página deste leilão, com antecedência de até 01 (uma) hora antes do início do leilão. Dentro de 90 (noventa) dias contados da arrematação, se houver, a VENEDORA se responsabilizará pelas providências e despesas necessárias ao levantamento das indisponibilidades/restrições averbadas na matrícula do imóvel até a data do leilão. Todos e quaisquer tributos (incluindo IPTU), tarifas, encargos, despesas condominiais, etc, além da regularização de quaisquer restrições que incidam sobre a matrícula (hipoteca, etc) que incidirem sobre o IMÓVEL até a data do Leilão (inclusive) são de única e exclusiva responsabilidade dos VENEDORES, e a partir da data do leilão passarão a ser de responsabilidade do ARREMATANTE, independente de já terem recebido a posse e/ou lavrado a escritura. **Forma de pagamento e demais condições de venda. VEJA A INTEGRA DESTA EDITAL na Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e no SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net).**

Epharma - PBM do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 03.448.808/0001-24 - NIRE 35.300.173.872

Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores Acionistas convocados a se reunirem em AGOE, a ser realizada no dia 11/03/2021, às 10 horas, na sede da companhia, localizada em Barueri/SP, Alameda Mamoré nº 989, conjunto 902, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Pauta da AGOE:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório de administração e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31/12/2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e distribuição de dividendos, para o período encerrado em 31/12/2020; (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (iv) Fixar a remuneração da administração da Companhia para o próximo exercício social; (v) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio apurado e orientação à administração sobre a apuração para o exercício de 2021; e (vi) Manifestar-se acerca da constituição de nova companhia. **Aviços:** 1. Encontrar-se-ão à disposição dos srs. Acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76. 2. Todos os acionistas receberão uma via, por e-mail, de todos os documentos informados no item 1. (26, 27/02 e 02/03/2021)

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal
acesse nosso site:
www.datamercantil.com.br

Setores afetados por reajuste no ICMS de Doria preparam nova rodada de pressão



Os setores de saúde, como planos de saúde, hospitais e distribuidores de equipamentos, preparam uma nova rodada de pressão sobre o governo Doria para pedir alívio no ICMS, depois que o governo cortou isenções e mudou alíquotas de vários produtos no ajuste fiscal do estado.

Entidades como Abraidí (associação de importadores e distribuidores de produtos para saúde), Abramge (planos de saúde) e Anahp (hospitais privados) vão levar um novo manifesto ao Palácio dos Ban-

deirantes e lançar uma campanha nesta segunda-feira (1º).

Segundo Bruno Bezerra, da Abraidí, o receio é que outros estados sigam o exemplo de São Paulo, o que elevaria a tributação com um acréscimo de gastos anuais da ordem de R\$ 2,73 bilhões para a saúde privada, segundo cálculos da entidade.

O esforço é mais um de uma série de tentativas de vários setores que se arrasta desde o ano passado, com reclamações na Justiça, protestos, tratorações do agronegócio e manifestos, mas a avaliação é que as manifestações de rua e

tentativas de diálogo não sensibilizaram o governo.

Um grupo de distribuidores de carne que vinha organizando um protesto para esta semana vai deixar o ato para a segunda quinzena de março.

A Abrasel, associação dos restaurantes, diz que mandou cartas para o governo Doria, mas nunca recebeu retorno e agora estuda novas reações. Segundo Paulo Solmucci, presidente da Abrasel, a entidade também não tem recebido resposta para os pedidos de diálogo com Cauê Macris, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo. Folhapress

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,5826 / R\$ 5,5832 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,5980 / R\$ 5,6000 *
Turismo - R\$ 5,5630 /
R\$ 5,7500

(*) cotação média do mercado
(* *) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,03%

OURO BM&F
R\$ 307,200

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,27%
Pontos: 110.334
Volume financeiro:
R\$ 36,390 bilhões
Maiores altas: Assaí ON
(386,04%), PetroRio ON
(5,53%), Hapvida ON
(5,29%)
Maiores baixas: Pão de
Açúcar ON (-71,89%),
Cielo ON (-6,11%),
Yduqs ON (-4,61%)

S&P 500 (Nova York):
2,38%
Dow Jones (Nova York):
1,95%
Nasdaq (Nova York):
3,01%
CAC 40 (Paris): 1,57%
Dax 30 (Frankfurt):
1,64%
Financial 100 (Londres):
1,62%
Nikkei 225 (Tóquio):
2,41%
Hang Seng (Hong Kong):
1,63%
Shanghai Composite
(Xangai): 1,21%

Negócios

Vacina e viagens corporativas: as últimas esperanças das aéreas para se recuperarem do tombo de 2020



Foi “um ano infernal” para a United Airlines. A Delta Air Lines teve “o ano mais difícil” de sua história. E, para a American Airlines, foi “o ano mais desafiador”. Foi assim que os executivos que dirigem essas empresas descreveram 2020 nas últimas semanas.

A indústria aérea está ansiosa para prosseguir, mas ainda não descobriu como.

As viagens aéreas se recuperaram um pouco nos últimos meses, mas os números ainda são muito mais baixos em comparação com 2019, e ninguém sabe quando os negócios voltarão a níveis mais normais. Duas fontes de faturamento essenciais para as companhias aéreas – viagens

corporativas e internacionais – provavelmente ficarão de fora por mais um ano ou por muito mais tempo.

Agora e nos próximos meses, pelo menos, as companhias aéreas estão levando quem pode viajar aonde for possível. Isso geralmente significa atender um pequeno grupo de viajantes obstinados, que não se intimidam com a pandemia e decidem viajar a lazer para pistas de esqui ou para a praia.

“A estratégia imediata é ir para onde as pessoas estão. Essa tem sido uma estratégia realmente inteligente, mas, para as companhias aéreas, não é uma maneira de ganhar dinheiro em longo prazo”, disse Ben Baldanza, ex-pre-

sidente-executivo da Spirit Airlines, companhia aérea de baixo custo.

Mas as viagens de lazer são pouco reconfortantes para um setor tão arrasado. Turistas e pessoas que visitam familiares e amigos geralmente ocupam a maioria dos assentos nos aviões, mas as companhias aéreas dependem desproporcionalmente da receita de viajantes corporativos nos assentos executivos. Antes da pandemia, as viagens de negócios representavam cerca de 30% das viagens, mas entre 40 e 50% do faturamento com passagens, de acordo com a Airlines for America, associação do setor. E não se espera que esses clientes retornem tão cedo.

Em meio ao aperto na renda, setor de saúde lança opções de baixo custo

Em meio à alta na demanda por serviços de saúde, a escalada nos preços dos planos privados e o aperto na renda em meio à pandemia de covid-19, as empresas do setor têm criado opções de baixo custo para tentar ampliar a cobertura e chegar a quem não tem condições de bancar os valores de um contrato tradicional. Segundo especialistas, o movimento suscita atenção dos consumidores, pois pode envolver produtos com uma oferta limitada de serviços.

Dentro dessa tendência, um dos formatos que vem ganhando força é o serviço de assinatura de saúde. Ele difere dos planos porque não costuma oferecer consultas médicas, mas descontos nesse serviço.

Sócia diretora da área de saúde da KPMG, Sheila Mittelstaedt alerta que esse modelo não é regulamentado pela Agência Nacional de Saúde (ANS). “São serviços sem qualquer regulamentação e que oferecem coisas básicas. Pessoas que carecem de serviços mais especializados não devem buscar uma alternativa nessas assinaturas. Elas são para atendimentos simples e a previsão é de que cresçam rápido no Brasil”, ressalta.

Segundo a sócia da KPMG, a perda de renda fez muitas pessoas desistirem do plano de saúde, despertando a atenção das empresas do setor. “No fim, a carga volta para o setor público. É um ‘me engana que eu gosto’”, afirma.

Estado SP



Ford vai fechar 160 concessionárias e terá de brigar pelas lojas que vão restar



A decisão da Ford de deixar de produzir carros no Brasil e passar a ser apenas importadora de modelos premium, anunciada em janeiro, vai despejar no mercado ao menos 160 concessionárias que fecharão as portas ou vão tentar migrar para outras marcas.

A rede Ford tem 283 pontos de venda nas mãos de 138 empresários. A empresa quer manter cerca de 120 delas, consideradas viáveis para o novo negócio. Esse mesmo grupo, porém, é alvo de outras montadoras que veem oportunidade de ampliar sua representação no país ou abrir unidades aonde não atuam.

Ao mesmo tempo em que descarta grande número de

revendas que considera “sem condições adequadas de continuidade” – como disse em carta aos distribuidores —, a Ford hoje disputa com concorrentes suas melhores lojas. “Vencerá quem fizer a melhor oferta”, diz um executivo envolvido na discussão.

“Várias marcas estão em conversações intensas para atrair as melhores revendas Ford”, confirma um empresário, que pede anonimato. “Tem muita gente convidando concessionárias a mudar de bandeira, oferecendo pacotes atraentes como linhas de crédito, carência e carros de segmentos que a Ford não terá mais.” A disputa está sob responsabilidade de diretores das áreas de gestão de rede e comercial e consultorias que

avaliam localização das lojas, saúde financeira, histórico de vendas, carteira de clientes e estrutura.

A Lei Renato Ferrari, que dita regras do setor, prevê delimitação de área para vendas de veículos de uma marca. “Isso será respeitado”, diz o empresário. Vários revendedores foram procurados e não quiseram falar abertamente sobre o tema. Segundo eles, há cláusula de confidencialidade sobre as negociações.

A Ford já fechou alguns contratos de manutenção de revendas. “Poucos”, diz a Associação Brasileira dos Distribuidores Ford (Abradif), que é contra a estratégia de conversas individuais com concessionários e defende negociações em bloco.

Estado SP